

# O BIÊNIO PRESIDENCIAL

Wagner Pimenta<sup>1</sup>

**E**m 1996, fui eleito vice-presidente do TST. E sobre isso não há muito a falar. Continuei na mesma rotina de ministro, apenas com algumas atribuições a mais. Dizem os brincalhões que *o corregedor correge, o vice viceja e o presidente preside*.

Os meses, os anos, o *biênio*, logo foram se esgotando na presença dos homens desatentos e rolando pelos vãos da eternidade, sem de qualquer forma lhe pesarem.

Um dia, o ministro Pedrassani, que então era o presidente do TST, chamou-me a seu gabinete para expor uma situação. Contou que recebera uma comunicação oral de alta funcionária, que alegava ter sido assediada sexualmente por um dos juízes convocados pelo Tribunal. Percebi que ele não se sentia muito seguro na situação. Disse-lhe que o mais certo a fazer na conjuntura era chamar o juiz acusado ao gabinete e pedir-lhe explicação. Assim foi feito. O magistrado-réu não se saiu muito bem em sua defesa. Então lhe sugerimos que solicitasse seu retorno ao Regional. O pedido, em tais termos, foi prontamente deferido e lá se foi de volta o galã frustrado.

Casos assim sempre alimentavam o folclore de repartições públicas, tendo até ministros como atores principais. Eles não se dão conta da torpeza e covardia de suas atitudes. As funcionárias são, até certo ponto, indefesas, psicologicamente mais fracas e sofrem o temor de confrontar uma autoridade superior. Estes aspectos aumentam a gravidade do crime de que são vítimas. O comportamento machista invade qualquer nível social. Parece que todos eles infelizmente procedem de um mesmo lugar, a caverna. E estão disseminados por aí. Figurante deste rol, ainda há em um tribunal superior um indivíduo que, por favorecimento, entrou pela janela em todos os altos cargos que ocupou, sem jamais ter o incômodo de enfrentar concurso. É um fenômeno, quase caso para o *Guinness*.

A desgraça do machismo, que vem do fundo das eras, é ainda não ter arrefecido a sua trajetória covarde e inadmissível. Principalmente no Brasil, de cultura patriarcal, há homens que se julgam donos das mulheres e até com o direito de matá-las se forem por elas repudiados. Os jornais quase todos os dias contam assassinatos covardes dos que se mantêm limites de uma credence cruel: *Se ela não ficar comigo, não vai ficar com ninguém mais*. Assim, assassina as esposas até na presença dos próprios filhos. E vão galhardamente

---

1 Ministro aposentado do TST.

para o xilindró, onde irão cada vez mais se coisificando e se extinguindo. Tal mentalidade não parece que será extirpada de nossa sociedade tão cedo. As autoridades às quais está submetida a matéria têm que se esmerar no tratamento deste absurdo atávico. E o começo, como em quase tudo, é cuidar da educação do povo. A mulher não é propriedade de ninguém. Ela vale demais para ser coisificada. É um ser delicado, amoroso, é por definição e por missão divina, a Mãe de quem nos cabe cuidar, que deve ser vista como um anjo, nascido para ser tratado como uma flor e cantado nos mais belos poemas, rainha nesta vida e na próxima, geradora de pequenos príncipes e de deuses. Temos o dever de protegê-las porque são as rainhas da vida. *Ave, Maria, gratia plena.*

Minha posse na presidência do TST ocorreu em 3 de agosto de 1998. A ela vieram familiares e muitos amigos, é o que mais me importa. Mas destaco a presença do presidente Sarney e do ministro Celso de Mello, presidente do Supremo Tribunal Federal. O que mais me comoveu, porém, foi a presença do ministro Vieira de Mello, já aposentado e infelizmente cego, que saiu de Belo Horizonte para me trazer um abraço amigo. Os funcionários mandaram fazer faixas que ficaram no lado de fora do Tribunal. Elas manifestavam satisfação e esperança na minha presidência, como a seguinte, que registro para exemplo: “Ministro Wagner, estamos felizes e esperançosos com a posse de V. Ex<sup>a</sup> como nosso presidente. Conte conosco em sua gestão”.

Contei com eles, cujo apoio jamais me faltou. Foram sempre firmes e constantes. Juntos enfrentamos sérias turbulências.

Também havia faixas que se referiam ao meu antecessor em termos que abrevio na expressão “já vai tarde”. Essas, pedi aos funcionários que fossem retiradas, com o que concordaram.

Minha mãe, Dona Maria e minha sogra, a professora Amélia, eram presenças que me faziam feliz, eu pensava que às duas muito devia. De minha mãe já falei, então é preciso acrescentar que minha sogra era pessoa calma, bondosa e sábia, que tinha sempre coisas úteis a nos dizer. Era de pequena estatura, mas uma rocha. Sentia por ela um amor filial. E na minha mente e meu coração, ela crescia, crescia.

Agora, revendo o álbum de fotografias com que me presentearam os funcionários, encontro muitas pessoas de que já não me lembro. E, como infelizmente ocorre, algumas que sei já terem falecido. Sempre me parecem muito curtas as vidas humanas. Às vezes sinto que uma sombra repete aos meus ouvidos *memento mori* – lembra-te de que hás de morrer –, frase que um escravo repetia aos césores romanos durante os desfiles que comemoravam a sua glória. Ela também é repetida nos mosteiros trapistas. É como se lembrassem de que a morte se aproxima e dela ninguém vai escapar. Então o *memento mori* deve servir às pessoas para que logo se corrijam, antes que chegue o seu fim. Quanto

a mim, considerando a vida que vivi e como a vivi, creio que estou pronto para quando ela chegar. Não vão pedir adiantamento nem desconto.

No meu discurso de posse, já me referi a um perigo que teríamos de enfrentar com decisão: o propósito de extinção da Justiça do Trabalho, que era apresentado, diria, de forma irresponsável, principalmente porque seus defensores não apontavam em que situação ficariam os milhares e milhares de processos que esperavam julgamento. Que órgão da Justiça se candidataria a receber essa herança, mais desastrosa que um elefante branco?

As anotações feitas pela Secretaria sobre o meu discurso revelam a seguinte afirmação, nele feita:

“Quando promulgada a Constituição de 1946, segundo o testemunho insuspeito do ministro Evandro Lins e Silva, várias personalidades do mundo jurídico da época deram entrevistas declarando que ela viria resolver a crise do Judiciário.”

A profecia falhou. Não resolveu, apenas tentou postergar a cura da velha doença. Isso porque a solução necessária não será encontrada no Judiciário enquanto não o for, primeiro, no Legislativo. A justiça trabalha com leis antiquadas que não acompanham o desenvolvimento rápido da sociedade. Com elas, que às vezes mais pareciam uma fantasia do que um texto legal, a atuação da Justiça encontrará sempre enclaves. Mas não entenderam, nem procuraram entender uma verdade tão simples: o ninho da serpente não está no Judiciário, que não fabrica as leis. Onde estará?

## **Sessão Plenária especial**

“Os perigos crescem se os desprezamos.” (Burke)

No refeitório do TST, onde almoçávamos, propus aos colegas que fizéssemos uma Sessão Plenária especial, para definir nossa posição diante dos ataques que a Justiça do Trabalho estava sofrendo. Depois, ficou decidido que eu, como presidente, falaria primeiro e, depois, os ministros José Luiz Vasconcelos e Ronaldo Leal. Combinamos que levaríamos nossos pronunciamentos por escrito, depois de bem meditados, para evitar qualquer descuido. Não falaríamos sobre o teto de salários, tema muito discutido no momento, não citaríamos pessoas, não atacariamos ninguém, apenas examinariamos ideias. Assim combinado, marcamos sessão especial para 2 de março de 1999. Estávamos no limiar de uma grande batalha. Sem dúvida a maior já enfrentada por um ramo da Justiça em toda a nossa história.

Apenas por uma questão de lealdade com um colega, liguei para o vice-presidente, ministro Almir Pazzianotto, que se encontrava em São Paulo,

e lhe passei todas as informações sobre a sessão que seria realizada, com as regras que deveriam ser seguidas. Ele respondeu que não concordava com a convocação, mas, como já estava tudo combinado, queria falar primeiro, como vice-presidente do Tribunal. Não, o primeiro seria eu. Quanto a levarmos os pronunciamentos por escrito e bem revisados, parece que ele até se sentiu ofendido e declarou: “Vê lá se eu preciso disso”.

A soberba nos trouxe cáusticos resultados.

Na sessão extraordinária, nosso auditório estava cheio, com muitos representantes da imprensa e filmadoras funcionando. Fiz meu pronunciamento lendo o que estava escrito, sem mudar sequer uma vírgula de posição. José Luiz e Ronaldo da mesma forma.

Depois de mim, de improviso falou o Pazzianotto. E o temido escorregão aconteceu. Não era para citar nomes e ele não citou. Mas referiu-se a importante político, *que há pouco perdera uma pessoa da família* e blá-blá-blá. Descreveu um elefante com todos os seus atributos, sem dizer que se chamava elefante. Todos entenderam prontamente que ele se referia ao poderoso presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães. Era um prato pronto para os provocadores de confusão.

Esquecendo o que havia de judicioso e correto nos outros três posicionamentos, a imprensa sensacionalista prendeu-se ao que dissera o vice-presidente. Citei apenas fatos a isso relativos, abstendo-me de comentários. A futrica foi levada ao senador, que prontamente retrucou: “Esse indivíduo veio me pedir para ser ministro neste governo e falou mal de seus colegas de tribunal. É incompetente e mau-caráter” (saiu nos jornais).

Vou encurtar esse assunto e passar aos efeitos provocados. Recrudescu a guerra contra a Justiça do Trabalho, com o senador Antônio Carlos muito zangado. Eu já sabia que ele era um homem de temperamento sanguíneo. Mas era coerente, amigo de seus amigos e capaz de ser um inimigo figadal. Aconteceu a segunda hipótese, e nós pagamos por isso.

Cito apenas um fato. Neste ano de 1999, como de tradição, ocorreu a reunião conjunta do Congresso Nacional, sob a presidência do Senador Antônio Carlos. Em certo momento, e tenho mais informações porque ele me contou, o secretário da mesa se aproximou dele e disse:

“Presidente, está aqui agora um processo do Tribunal Superior do Trabalho.”

Ele respondeu sucintamente:

“Deixe para o final da sessão.”

Quase no final da sessão, o auxiliar lhe apresentou novamente o processo.

“Não vou julgar isso agora” – disse ele.

O processo tratava de verbas destinadas ao Tribunal para continuar a construção de sua nova sede. Sem sua aprovação, ficamos sem elas para pagar à construtora, e por isso ainda fomos multados. A obra foi paralisada e só retomada quando conseguimos a liberação da verba.

## Os novos prédios

“As palavras são filhas do vento; as obras, filhas da alma.” (W. Jones)

Mesmo depois de deixar a presidência, continuei a acompanhar a construção que eu tinha iniciado. Ela cresceu até se transformar nos dois magníficos prédios onde hoje se abriga o TST.

Comigo aconteceu algo ligeiramente semelhante ao que nos conta a história sobre Moisés. Jeová, descontente com algo que este fizera, informou a ele que levaria o povo eleito até a terra prometida, mas que Moisés nela não entraria. Eu não tive um gabinete no novo TST, porque quando ele foi inaugurado a aposentadoria já havia me atingido.

Tenho ainda algo a dizer sobre aqueles magníficos prédios, planejados pelo talentoso Oscar Niemeyer. Por economia mandamos suprimir da planta alguns elementos decorativos e um piso de garagem. O grande arquiteto não gostou. Hoje eu também não gosto, principalmente porque o piso rejeitado faz falta, por ser o estacionamento insuficiente para todos os funcionários. A gente se engana até quando economiza. O erro campeia em todas as atividades humanas e nada há a fazer a não ser corrigi-lo enquanto ainda há tempo.

Hoje o TST está bem abrigado. Em um grande terreno, são dois grandes prédios de seis andares, de cujas janelas se podem ver o Lago Paranoá e parte das edificações do Lago Sul, o bairro nobre de Brasília. E há a certeza de que esta visão jamais será interrompida, pois é absoluta a impossibilidade de que alguma edificação se faça à sua frente. Arrisco dizer que são os mais belos prédios de tribunais de Brasília.

Seus corredores são amplos, como também os gabinetes dos ministros, os que mais gozam da vista privilegiada. No subsolo há um grande piso de estacionamento dos veículos, com as vagas numeradas, o que facilita sua localização pelos usuários. Lá Rejane tinha a sua vaga cativa. E eu continuo a ter estacionamento reservado num pequeno conjunto de cinco vagas, que podem ser ocupadas por ministros aposentados nas raras vezes em que voltam ao tribunal.

Os atuais ministros agora dispõem de gabinetes amplos e confortáveis, que facilitam a sua tarefa e, naturalmente, os deixam mais felizes para executar suas árduas tarefas.

Os serviços médico e odontológico estão acomodados no térreo do bloco A, em espaço bem amplo, com fileiras de consultórios, porque eu quis que fossem planejados assim. Valeu muito para esta vontade o meu apreço pela doutora Conceição, chefe do Serviço Médico, por sua competência e amor ao seu trabalho. Sua especialidade era cuidar dos corações, mas desempenhava muito bem a clínica geral. Por décadas tratou de mim e de Rejane, como, aliás, de todos os funcionários que buscaram sua orientação e cuidados. Hoje, como nós, está aposentada e trabalha em seu consultório. E continua sendo nossa médica.

Outro médico a quem devemos gratidão é o Dr. Adolfo Simon. Nefrologista e clínico geral, extremamente simpático e competente. Concederam-lhe a aposentadoria e depois chegaram à conclusão de que ainda lhe faltava algum tempo de trabalho para obtê-la. Ele voltou ao TST por curta temporada e se aposentou, agora para valer. Hoje é sócio de um hospital nefrológico muito bem instalado em um prédio de alta qualidade.

E continuou cuidando de nós e sequer nos cobra pelo seu trabalho. Como a Dr<sup>a</sup> Conceição, além de médico é um amigo. Eles foram das figuras mais marcantes que passaram por nosso tribunal. Pertencem ao seletto grupo dos que ficaram na memória e guardados na saudade.

### **Só parece que passaram...**

“A amizade é uma alma em dois corpos.” (Aristóteles)

Na presidência tive como diretor-geral o advogado José Geraldo Lopes Araújo, antigo funcionário, cujo substituto era o jovem Gustavo Caribé. Foram os meus “braços direitos”, embora só haja um. Os dois, imensamente competentes e dedicados. José Geraldo se aposentou e Gustavo tornou-se diretor-geral e até agora ninguém teve a ideia ou a burrice de substituí-lo. Continua firme em seu cargo e é um amigo que está sempre à disposição para cuidar de nossos problemas. Os aposentados também costumam vê-lo.

Trabalhou comigo o Valério Augusto do Carmo, primeiro como assessor de gabinete quando voltei da Escola Superior de Guerra e depois como chefe de gabinete da presidência. Instruído, competente, responsável e dedicadíssimo ao trabalho. Por outro lado, um cavalheiro sem jaça, como se diria antigamente. Depois disso, ele sempre ocupou cargos importantes no Tribunal. Há muito me aposentei e sei que tenho nele um amigo e lhe dedico grande estima. Há pessoas que o destino nos coloca no caminho para fazer nosso peso mais leve.

Márcia Razzero, casada com o advogado Heitor Coelho, parece uma dessas pessoas que sempre foram nossas amigas. Muito competente e solícita, foi das primeiras assessoras que colocaram meu gabinete a andar. Há muito nos frequentamos. Infelizmente, tem sido assediada por uma doença pertinaz,

que às vezes a deixa prostrada. Mas reage com firmeza. Às vezes Rejane vai passar uns momentos com ela, e também a leva a consultas quando necessário.

Se eu não sentisse gratidão pelas boas pessoas que encontrei pelo caminho, que espécie de homem seria? Conheci alguns desses que apenas se utilizam dos outros e depois os lançam fora como se fossem bagaço de cana. Além de demonstrarem ingratidão e pobreza de caráter, praticam ainda um grande desprezo ao ser humano.

## **Levantaremos os escudos**

“E soube assim que a guerra não é boa, já que vencer um homem é tão amargo como ser vencido.” (Albert Camus)

Bem, agora devo voltar às delícias de ser presidente de tribunal numa época de complicações.

Em ofício circular dirigido aos presidentes dos Tribunais Regionais, solicitei-lhes que se mobilizassem em defesa da Justiça do Trabalho, utilizando todos os meios possíveis para prestar esclarecimentos sobre a crise que vivíamos, sobre o que era o Judiciário trabalhista, qual sua importância para a defesa dos direitos de empregados e empregadores e para a segurança nacional. Sei que muito se empenharam nisso.

E corri algumas capitais para fazer o que recomendava ao TST e aos Regionais. Em Goiânia, falei a um auditório cheio com a presença do Bispo Dom Antônio e de juizes, advogados, dirigentes de sindicatos e federações e mais quem quis estar presente. Em São Paulo, fiz uma palestra, seguida de debates, no auditório da Assembleia Legislativa estadual. Procurando sensibilizar o público, falei sobre o tempo de minha infância em que vivi ali, desde muito cedo trabalhando como aprendiz de torneiro. Inevitavelmente me referi aos meus anos no Grupo Escolar Orestes Guimarães e da saudade que me deixaram.

No auditório estavam parlamentares, advogados, sindicalistas, representantes da imprensa que, de maneira geral, se mostraram dispostos a cerrar fileiras em favor da manutenção do Judiciário trabalhista.

Percebi que lograva sucesso na minha peregrinação. Tudo o que buscava. O plano era obter o esclarecimento geral da população para atraí-la para o nosso lado. Com tenacidade, fomos aos poucos conseguindo.

Numa sessão da Câmara dos Deputados, para a qual fui convidado, usei a argumentação que quase já sabia de cor, batendo nos pontos que julgava mais sensíveis. Houve debates, esclarecimentos e, parece, sucesso. Ali fiz amigos que me ajudavam a descobrir os caminhos. Era mestre nisso o deputado Bispo Rodrigues, que manejava com muito poder uma bancada de cerca de 40 parla-

mentares. Quando precisava de algo no Congresso, ligava para ele, que abria todas as portas. O deputado Roberto Jefferson me ensinou algumas manhas para tratar parlamentares. Uma delas foi não entregar a eles um extenso memorial, mas apenas lembrete que pudessem colocar no bolso e sacar na hora de algum debate ou decisão. Algo assim como uma única folha de papel dobrada.

O senador Bernardo Cabral, com o qual por muito tempo mantive amizade, era o ministro da Justiça e também estava ao nosso lado naquela escaramuça. Lembro-me de sua cortesia, de sua serenidade, que tornavam o convívio com ele muito bom.

Desde o começo da crise, o TST valeu-se da imprensa para publicar esclarecimentos a respeito das críticas que se faziam à Justiça do Trabalho. Elas eram rebatidas com serenidade, sem ataques ao exército inimigo. Há muito tempo, li uma parábola em que ocorria uma disputa entre o Sol e o Vento, para determinar quem primeiro obrigaria um homem a tirar sua capa. Feito o sorteio de quem começava a agir primeiro, isso coube ao Vento. Ele soprou e soprou com toda a sua força. Quanto mais ele soprava, mais o homem se apegava à sua capa. Então foi a vez do Sol. Ele abriu vagarosamente os seus raios, aos poucos fazendo crescer o calor. A capa do homem foi secando, com o aumento da temperatura de seu corpo, até que ele resolveu tirar a capa. A moral da história, como facilmente se percebe, é que mais vale uma suavidade inteligente, que uma atitude valente. Como mineiro, conheço uma expressão: *Comer o mingau quente pelas beiradas*. Foi o que fiz o tempo todo até que...

As primeiras notas que distribuimos para a imprensa batiam na mesma tecla. A extinção da Justiça do Trabalho não eliminaria os conflitos nas relações de trabalho, só as confundiria. E se essas relações estão no Brasil reguladas por lei, que órgão judicial verificaria a violação das normas legais? Que órgão zelaria pela observação dos direitos legais do trabalhador? Para onde iriam os mais de dois milhões de ações que ingressam por ano na Justiça do Trabalho? Ela desempenha importante papel social ao transformar em questões jurídicas as divergências entre capital e trabalho. Quem mais poderia fazê-lo? Esses questionamentos ficaram sem a resposta dos detratores da Justiça trabalhista. Alguns tentaram, porém sem qualquer teoria plausível.

Contávamos com o apoio do Planalto, que não participava do debate, mantendo-se com a sobriedade que dele era de se esperar.

O então relator da Comissão Especial da Câmara para a Reforma do Judiciário, Deputado Aloysio Nunes Ferreira, apresentou sua proposta, em junho de 1999, estabelecendo a extinção da Justiça do Trabalho, que teria a sua organização e competência transferidas para a Justiça Federal comum. É uma heresia de quem não consegue ver pelo menos duas jogadas à frente nesse jogo de xadrez.



O relatório desagradou a todos os setores. Com relação à Justiça do Trabalho, provocou imediata mobilização contrária. O TST esteve à frente dessa reação, tendo seu presidente e alguns ministros realizado verdadeiras maratonas para manter contato com lideranças políticas e sindicais em busca de repúdio a tal conteúdo do relatório. O TST recebeu muitas manifestações de solidariedade. O diretor do *Correio Braziliense* e presidente da Associação Nacional dos Jornais, Paulo Cabral, foi um dos que estiveram com o presidente do Tribunal para lhe prestar apoio. O deputado Luiz Antônio Medeiros, do PL paulista e ex-presidente da Força Sindical, veio anunciar que iria organizar no Congresso Nacional e no meio sindical um movimento em defesa da Justiça do Trabalho. Pouco depois, a Força Sindical, a CGT e a Confederação dos Trabalhadores (que reúne 12 confederações) e outras entidades sindicais promoveram grande concentração em frente do Congresso Nacional, de que participaram também delegações de servidores da Justiça trabalhista de muitos Estados.

Dezenas de parlamentares estiveram no gabinete da Presidência do Tribunal, conversando com seu titular para hipotecar solidariedade à sua luta. Entre eles a deputada Nair Lobo, sub-relatora da Comissão Especial para a área do trabalho e da Justiça militar. Ela se tornou a nova relatora-geral, que substituiu o deputado Aloysio Nunes Ferreira, nomeado secretário-geral da Presidência da República. O deputado Vivaldo Barbosa, articulador de uma frente parlamentar de apoio à JT, veio acompanhado de deputados de muitos partidos. Parlamentares do bloco evangélico, liderados pelo Bispo Rodrigues, também manifestaram sua solidariedade.

Com a preciosa contribuição do ministro Francisco Fausto, o TST elaborou e distribuiu sete “cartilhas” refutando, em linguagem simples, acessível ao público leigo, as críticas que foram feitas ao Judiciário trabalhista e prestando esclarecimentos a respeito de seu funcionamento e importância para a paz social. Preparamos também e encaminhamos aos deputados nossa própria proposta de reforma trabalhista. Sabemos que, se ela não foi seguida integralmente, teve algumas sugestões aproveitadas.

Muitas manifestações de apoio à Justiça do Trabalho foram feitas por personalidades de destaque no cenário nacional.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Velloso, declarou:

“A Justiça do Trabalho é conquista do trabalhador, e as atribuições do Tribunal Superior do Trabalho são da maior relevância. É que cabe ao TST assegurar a integridade e a autoridade da lei trabalhista no território nacional.”

O ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, assinalou:

“Não tem sentido acoplar a Justiça do Trabalho à Justiça Federal. Isso não traz economia alguma, apenas transfere toda a burocracia. A posição do governo é contrária ao fim da Justiça do Trabalho. O governo acha importante manter o TST e os tribunais regionais.”

Meu antigo chefe, Paulo Brossard, ex-senador, ex-ministro da Justiça e ex-ministro do STF, disse:

“A propalada extinção do TST afigurasse-me um equívoco monumental. Entra pelos olhos de um cego que a questão não está no TST, e que sua abolição poderá ser um subterfúgio, e nunca uma solução.”

E muitas outras manifestações de semelhante teor recebemos na presidência do TST, como a de Renan Calheiros, então ministro da Justiça; Saulo Ramos, advogado e ex-consultor-geral da República; de Rubens Approbato, presidente da OAB-SP; do jurista Benedito Calheiros Bonfim, ex-presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Tínhamos já um grande e diversificado apoio em todos os segmentos da população brasileira. Ministros, parlamentares, sindicalistas, juristas conceituados, advogados, autoridades respeitabilíssimas, milhões de trabalhadores e milhares de empresários estavam conosco pela preservação da Justiça do Trabalho. Ouso dizer que o presidente Fernando Henrique também nos apoiava. Prova disso foi a declaração do ministro Francisco Dornelles quando falou em nome do governo.

### **Visita ao senador ACM**

“Se de manhã se faz um amigo, a tarde e a noite são de esplendor.”  
(Howell)

A estas alturas, mineiramente falando, já estávamos com a faca e o queijo nas mãos. Parece mesmo que já havíamos comido o mingau antes quente pelas beiradas. Faltava bater o ponto final nessa guerrinha pessimamente articulada em que a Justiça do Trabalho se saiu galhardamente.

Então considerei que havia chegado o momento de marcar uma audiência com o senador Antônio Carlos Magalhães e isso foi feito. Apresentei-me no gabinete dele, numa manhã clara de abril e fui recebido com muita cortesia. Nossa conversa foi amena. Não toquei na proposta de extinção da Justiça do Trabalho. Longe de mim a ideia de parecer estar tripudiando depois de ter palmo a palmo conquistado terreno.

Lá pelas tantas, ele me perguntou se meu mandato na presidência do Tribunal estava para expirar. Confirmei que sim. E ele ainda perguntou:

“– Mas o senhor não pode ser reconduzido?”

– Não, senador. No TST, por tradição, não há recondução.

– E o seu sucessor vai ser o atual vice-presidente?

–É, ao que tudo indica, o que vai acontecer.”

Notei quando o senador engoliu em seco.

No final de nossa conversa ele disse que podia procurá-lo sempre que quisesse. Forneceu-me os números de todos os seus telefones, até o da mesa de cabeceira de seu quarto. Testei isso. Por exemplo, uma vez estava na Av. Antônio Carlos, em Salvador, e resolvi ligar para ele:

“– Senador, estou aqui na sua avenida em Salvador.

– Ah, que pena. Estou em Brasília.”

Voltando à nossa audiência. O senador me acompanhou na saída de seu gabinete, com a mão apoiada no meu ombro. Pensei que acabava de fazer um amigo.

Certa vez, aventaram a possibilidade de que me candidatasse a senador, estimulavam-se, dizendo que, vencendo a eleição, eu poderia fazer um bem maior do que havia feito à Justiça do Trabalho. Com a experiência que adquiri dentro do Congresso, sabia que, se por acaso eleito, eu ficaria atado ao programa de um partido político e a seus compromissos. Não teria, portanto, a liberdade que me é tão preciosa.

Estava no Senado, certa tarde, em companhia do senador Bernardo Cabral, olhando uns painéis que tratavam de algum trabalho realizado pelo presidente Sarney. Bernardo disse:

“– Está ali o senador Antônio Carlos. Vamos falar com ele?”

Concordei e nos aproximamos dele:

“– Senador, o ministro Wagner está pensando em entrar para o nosso partido.”

E ele respondeu, sem pestanejar:

“– É para entrar e entrar mandando.”

O partido era o PL, um dos mais fortes no momento. Não entrei para ele, mas ficou a honra de ser bem recebido.

Já não se falava mais em extinção da Justiça do Trabalho, que saiu fortalecida da refrega e teve suas atribuições ampliadas.

As vitórias não são importantes se não aproveitadas com sabedoria, o que inclui o momento propício da ação.

Há muito se discutia no Congresso Nacional a extinção da representação classista, antiga aspiração da magistratura trabalhista, para a qual tal representação já cumprira o seu papel, não mais se justificando a sua existência, principalmente nos tribunais, onde se decidem questões técnico-jurídicas.

Em 1997, o TST já havia levado sua opinião à Comissão que discutia a proposta de emenda constitucional extinguindo a representação classista que por fim tramitou. Em maio acabou aprovada e remetida à Câmara dos Deputados, que lhe deu prioridade, fazendo-a transitar em separado e à frente da proposta da reforma do Poder Judiciário.

A aprovação no plenário da Câmara parecia difícil, principalmente no segundo turno, devido ao intenso *lobby* feito, na Casa, pelos que tinham interesse em preservar a representação classista, que há muito existia. A Emenda Constitucional foi aprovada por 350 votos contra 77 e 8 abstenções, e promulgada em 9 de dezembro de 1999, sob o nº 24.

Importa ressaltar a importante colaboração que para esse fim nos deu o presidente Fernando Henrique Cardoso, com o qual por algumas vezes discuti a questão.

## Depois do desafogo

“Nunca houve uma guerra boa nem uma paz ruim.” (B. Franklin)

Mais tarde, conseguimos que as dez vagas abertas pela saída dos classistas fossem preenchidas por magistrados de carreira. Foi batalha que enfrentei sozinho, pois, embora pareça incrível, havia no TST ministros que preferiam uma corte de apenas 17 membros. Queriam mais trabalho? Parece que se espalhara a ideia de que assim o poder de cada um deles seria maior. A extinção da representação classista foi mais uma vitória conquistada pela Justiça trabalhista.

Pouco tempo depois, com a participação de juízes trabalhistas de todo o Brasil, foi feito em Brasília um jantar comemorativo, em que fui o homenageado. A satisfação deles explodia de todas as maneiras. E naturalmente depois de algumas libações, gritavam, como se tivessem se livrado de um pesadelo: “Acabou, acabou”.

E alguns dos meritíssimos choravam e se abraçavam. Havia muita razão para a euforia. Foi uma vitória difícil, conquistada palmo a palmo, em várias frentes de trabalho.

Aconteceu um fato inédito. Fui convidado pelo Presidente da República para a cerimônia de sanção das leis que criaram as comissões de conciliação prévia, nas empresas ou sindicatos e o procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho.

Foi uma deferência especial ao nosso Tribunal, por ter sido sua a elaboração dos anteprojetos.

Como não quero narrar o que aconteceu na primeira pessoa, uso trechos do que registrou nossa Secretaria de Imprensa na ocasião:

“Foi reservado ao ministro Wagner Pimenta lugar ao lado do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do ministro Francisco Dornelles, do Trabalho. Após a fala do ministro Dornelles, foi dada a palavra ao presidente do TST.

O ministro Wagner Pimenta realçou a importância da colaboração entre os três Poderes na elaboração das leis e falou sobre o congestionamento da Justiça do Trabalho (...) e dos recordes sucessivos batidos pelo TST.

Encerrou dizendo que a Justiça do Trabalho entra no ano 2000 mais técnica, mais célere, mais barata e com suas esperanças redobradas, esperanças de que o seu trabalho, a sua dedicação, o seu valor na preservação da justiça e da paz social sejam reconhecidos.

Último a discursar, o Presidente agradeceu não só as palavras do ministro Wagner Pimenta, como sua presença na solenidade, numa demonstração efetiva ‘do empenho que existe hoje, nos vários segmentos da sociedade brasileira, para que possamos ter uma justiça como o próprio ministro disse, mais rápida, mais democrática e mais barata’.”

Aproveitando a maré favorável, resolvemos mexer em um vespeiro. Havia no Congresso Nacional numerosos processos que visavam à criação de novas varas da Justiça do Trabalho, muitos deles impulsionados por políticos que nisso tinham interesse. Pedimos a paralisação da tramitação deles e, se possível, seu encaminhamento ao TST, o que conseguimos.

Verificamos que as 1.109 varas existentes estavam recebendo em média, cada uma, 1.800 processos por ano e a lei que prevê a criação de novas é quando essa média passar de 1.500.

Com esse volume de trabalho, grande parte das varas não estavam propiciando o efetivo acesso à justiça, que pressupõe a perspectiva de solução dos litígios em prazos razoáveis – uma das garantias constitucionais.

Em alguns Estados de maior extensão territorial, como Amazonas e Pará, um trabalhador precisava deslocar-se 800 quilômetros até a vara mais próxima.

Queríamos resolver o assunto com um plano nacional de criação de varas que obedecesse a critérios técnicos rigorosos, como os de distância de população alvo da justiça que buscava, o número possível de usuários, a dificuldade de acesso aos órgãos da Justiça, e outros.

Feito o levantamento dos dados, chegamos à conclusão de que deveriam ser criadas no território nacional 269 varas do trabalho, sem que fossem admitidos favorecimentos, atendimentos a pedidos políticos ou interferências de qualquer forma sobre as normas técnicas traçadas.

Recebi em meu gabinete políticos e até governadores de Estado que vieram cavar a criação de varas de acordo com seus interesses. Mas nada conseguiram.

De acordo com crença geral, inclusive de meus ilustres pares, o maior óbice à criação de novas varas era a despesa que isso acarretaria aos cofres públicos. Resolvi demonstrar que era um obstáculo sem fundamentos. Bati na ideia de que as varas seriam instaladas gradativamente, de acordo com as disponibilidades orçamentárias. A extinção da representação classista levaria à economia, pois em cada vara, além do juiz presidente (de carreira) havia dois vogais que deixaram de existir, o que significava economia. Além disso, nosso projeto pressupunha estrutura mínima para o funcionamento de cada nova vara. E o mais importante é o que as novas varas arrecadariam para os cofres da União. Conforme informação da Caixa Econômica Federal, havia quase 2 bilhões de reais de depósitos recursais nas contas do FGTS.

Outro argumento importante é que, a partir da Emenda Constitucional nº 20, a Justiça do Trabalho recebeu competência para executar de ofício as contribuições sociais. E, por fim, que as condenações impostas pela Justiça do Trabalho, em 1999, somaram cerca de 6 bilhões de reais e estavam sujeitas à incidência do Imposto de Renda.

Essa argumentação foi levada à Casa Civil da Presidência da República, de onde veio apoio imediato, aos parlamentares, à presidência do Supremo Tribunal Federal e a quem mais pudesse opinar ou decidir sobre a questão.

Quando apresentei o caso ao Tribunal Pleno do TST, para encaminhamento do projeto ao Congresso Nacional, houve dois ministros que votaram contra ele, alegando que “não tiveram tempo de estudar o problema”. Estudar mais o quê?!

Sem muita delonga, determinou-se a criação de 269 varas do trabalho no território nacional, de conformidade com nosso projeto.